

Apostas no ajuste fiscal

economia - Brasil

CRISTINA BORGES

O diretor de política monetária do Banco Central, Francisco Lopes, responsabilizou os congressistas por "tributarem as gerações futuras que não têm representação parlamentar". O desabafo referiu-se à derrota do governo na votação da medida provisória que aumentava a contribuição dos servidores federais da ativa e criava alíquota para os funcionários públicos federais aposentados e pensionistas.

"Apesar desse contratempo, espero que o governo volte a insistir na questão previdenciária do servidor público", disse Lopes. Caso as propostas do executivo continuem sem eco no legislativo, o diretor do BC adiantou que, em substituição, o governo adotará outras medidas para novos cortes de despesas e de geração de receita, ou seja, mais impostos.

O dia de fortes quedas ontem nas bolsas de valores e nos títulos da dívida externa brasileira foi interpretada como a resposta dos mercados ao resultado desfavorável do governo na Câmara. Para Lopes, quando os credores externos do Brasil mostram descrença no país estão apenas revelando que têm uma preocupação saudável. "Os financiadores externos estão representando as gerações futuras", disse o diretor do BC, que participou ontem do 5º Encontro Nacional sobre mercados financeiros, políticas monetária e cambial, promovido pela Fundação Getúlio Vargas.

Nó – O governo apostou suas fichas no pacote fiscal para reequilibrar suas contas. "Se não desamarrar o nó da política fiscal, não se vai gerar políticas macroeconômicas eficientes", destacou. Preocupado em cumprir a meta de superávit primário de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1999, o diretor do BC acrescentou que "não podemos nos dar ao luxo de brincar com disciplina fiscal".

Criticas mais ácidas ou mais ameaças, da parte dos ex-presidentes do BC

Affonso Celso Pastore e Gustavo Loyola e do ex-diretor de política monetária Alkimar Moura, antecederam a palestra de Lopes, a última do painel *Política Monetária*. "Esse encontro está com cara de reunião do BC e me traz saudades dos tempos heróicos do Proer", disse Lopes.

Ele reafirmou que as taxas de câmbio e a política de juros não mudam. Confirmou que as desvalorizações cambiais vão permanecer graduais com a diferença de 1,5% entre as bandas, este ano, acumulando 3% em 1999. Sarcástico, Lopes ironizou os defensores de uma maxi-desvalorização. "Até parece uma prescrição terapêutica capaz de baixar as taxas de juros, fazer o país voltar a crescer e que todos serão felizes para sempre".

O diretor do BC admitiu que em algum momento o problema do câmbio real terá que ser resolvido, mas a solução, destacou, "converge para um processo automático de mercado e não por manipulação de política monetária". A correção cambial, segundo Lopes, é definida pelos preços relativos da economia, refletidos na relação de oferta e procura. A evolução da política monetária correta, a seu ver, seria desacelerar a desvalorização cambial.

■ O ministro da Fazenda, Pedro Malan, vai quarta-feira à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado explicar o acordo de US\$ 41,5 bilhões coordenado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Ontem, esse assunto e a derrota do governo no Congresso – na votação do aumento da contribuição previdenciária – foram discutidos com o presidente Fernando Henrique Cardoso em almoço no Palácio da Alvorada. Lá estavam o ministro da Fazenda, o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, o presidente do Congresso, Antônio Carlos Magalhães, e os líderes do governo no Senado, José Roberto Arruda e Élcio Alvares.